

Confronto ideológico nos primórdios do Salazarismo:

uma campanha contra a Escola do Magistério Primário
de Coimbra

Luís Mota

MOTA, Luís - "Confronto ideológico nos primórdios do Salazarismo:
uma campanha contra a Escola do Magistério Primário de Coimbra".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 7 (2007), p. 205-227.

Salazarismo – ideologia, cultura e educação

Salazar e os salazaristas percorrem um caminho, entre 1926 e 1932, até alcançarem a hegemonia política no interior da ditadura militar e, sobretudo a partir daí, lançarem as bases da institucionalização do Estado Novo¹. Fernando Rosas assinala, neste percurso, a «arte de Salazar» na liderança de aglutinação das forças conservadoras em «torno de um programa comum, e de definir e aplicar uma tática susceptível de as colocar e manter no controle do aparelho de Estado»² e, no salazarismo, o compromisso entre as correntes políticas de direita e sectores de interesses das forças vivas, política e ideologicamente liderado, em crescendo, por António de Oliveira Salazar.

Na sua tomada de posse como ministro das Finanças, a 27 de Abril de 1928, Salazar – longe vai o tempo do papagaio de Norberto Lopes³, sabia ao que vinha, o que queria, para onde ia e, nessa *longa* viagem – «não se me exija que chegue ao fim em poucos meses»⁴, a nação saberia obedecer (ou aprendê-lo-ia). O princípio de autoridade enforma o sistema de valores de um edifício, projectado a partir de um Estado que, reconhecerá Salazar em 1930, aquando do manifesto da União Nacional, ser preciso «dar-lhe autoridade e força para que mantenha imperturbável a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar»⁵, sublinhando a necessidade de «organizar a Nação de alto a baixo, com as diferentes manifestações da vida colectiva»⁶.

O quadro axiológico que Salazar resumiria, em Braga, por ocasião das comemorações do 10º aniversário do 28 de Maio – «Deus», «Pátria», «autoridade», «família» e «trabalho»⁷ – constitui-se, em programa de acção que visava moldar as práticas colectivas da formação social portuguesa e reeducar os(as) portugueses(as) no sentido das «virtudes da raça», num quadro de propaganda e inculcação ideológica, articulando um *sistema de enunciação*, que detinha os poderes de «influência» e «injunção», isto é, de modelar condutas e o de censurar, ameaçar e punir, assegurados pelo Secretariado de Propaganda

O presente trabalho é uma reelaboração, por opção e por imposição do formato, do que sobre o assunto expendi: *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

¹ Cf. ROSAS, Fernando – “O Estado Novo (1926-1974)”. In: MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa, 1994, Volume VII, p. 188. Rosas propõe quatro etapas no percurso de Salazar: “1926-1928 (o lançamento do «mago das finanças»); 1928-1930 (o combate vitorioso contra o republicanismo conservador); 1930-1932 (a clarificação política), e 1932-1934 (a institucionalização do regime)”. Sobre a «longa marcha» de Salazar, vejam-se as p. 151-241.

² Idem, *ibidem*, p. 184-185.

³ Entrevista de Norberto Lopes a Salazar. In: *Diário de Lisboa*. 12-6-1926, p. 8.

⁴ SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos*. Volume I 1928-1934. Coimbra: Coimbra Editora, 1939, p. 6.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 92.

⁷ SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*. Volume II 1935-1937. Coimbra: Coimbra Editora, 1945, p. 130.

Nacional⁸ (SPN), criado em 1933, e pela Agência Geral das Colónias – reformada dois anos antes por Armindo Monteiro⁹, e um *sistema de inculcação* ideológica, a quem competia buscar o consenso e a ordem, com expressão no Ministério da Educação Nacional – secundado pela Mocidade Portuguesa (MP), a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) – e em todo o aparelho corporativo, dos quais se salientam a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) e a Junta Central das Casas do Povo (JCCP)¹⁰.

Na inauguração do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), Salazar reconhece a importância política da propaganda ao considerar que «politicamente só existe o que o público sabe que existe»¹¹ ao que acrescentará, sete anos depois, «politicamente o que parece é»¹², salientando, contudo, que não se trata «de falsear, de colorir, de disfarçar a verdade. [...] Ele deve cingir-se aos factos»¹³. O Secretariado da Propaganda impõe-se uma *política de verdade*. O decreto-lei n.º 23054, de 25 de Setembro de 1933, considera como «meios indispensáveis à sua acção» a arte, o cinema, a imprensa, a literatura, o teatro e a radiodifusão, e comete ao secretariado, entre outras competências, «regular as relações da imprensa com os poderes do Estado»¹⁴, aspecto tanto mais relevante que já em 1932, Salazar apontava a António Ferro:

Não é legítimo, por exemplo, que se deturpem os factos, por ignorância ou por má fé, para fundamentar ataques injustificados à obra dum Governo, com prejuízo para os interesses do País. Seria o mesmo que reconhecer o direito à calúnia. Os factos são os factos e não pode permitir-se que se ponham em dúvida os actos ou os números que traduzem a própria vida do Estado¹⁵.

No quadro da sua acção, o SPN, em Janeiro de 1934, produziu um relatório sobre a imprensa de província¹⁶, onde rotula os jornais – «situacionistas, neutros, anti-situacionistas e jornais de classe»¹⁷ – visando a utilização dos *da situação* para promover propaganda sobre os «princípios políticos e sociais do Estado Novo»¹⁸, prevendo o envio de «esquema dos artigos a publicar»¹⁹ ou artigos para publicação, a constituição de um

⁸ Cf. Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro – o Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito», 1939-1949*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999. Ver também: PAULO, Heloisa – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN e o DIP*. Coimbra, Ed. Minerva, 1994.

⁹ Cf. CASTELO, Cláudia – “Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar”. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Volume II Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1996, p. 62-63.

¹⁰ Cf. ROSAS, Fernando – “O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. In *Análise Social*. Lisboa, 2001, n.º 157, p. 1037-1042.

¹¹ SALAZAR, António de Oliveira – *Op. cit.*, 1939, p. 263.

¹² SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, s. d., Volume III 1938-1943, p. 196.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Alínea a) do artigo 4.º.

¹⁵ FERRO, António – *Salazar o homem e a obra*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 46.

¹⁶ Cf. Relatório sobre o estado actual da imprensa de província e plano de acção para uma propaganda metódica dos princípios políticos e sociais e realizações do Estado Novo de 1 de Janeiro de 1934. Arquivo Salazar, ANTT, AOS/CO/PC – 12, Pasta 3. Citado por VERÍSSIMO, Helena Ângelo – *Os Jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra, Minerva Coimbra, 2003, p. 32.

¹⁷ VERÍSSIMO, Helena Ângelo – *Op. cit.*, 2003, p. 34.

¹⁸ *Relatório [...]*. Citado por VERÍSSIMO, Helena Ângelo – *Op. cit.*, 2003, p. 33.

¹⁹ *Relatório [...]*. Citado por VERÍSSIMO, Helena Ângelo – *Op. cit.*, 2003, p. 33.

bloco de jornais situacionistas e a aplicação de sanções aos jornais contra a situação, através da direcção-geral de censura. Como conclui Helena Veríssimo os jornais contra a situação ficavam sob a alçada do aparelho repressivo – polícia política e censura – sem esquecer a segregação social do meio provincial onde estavam inseridos²⁰. A avaliação do primeiro ano de trabalho do SPN ao nível da imprensa de província, realizada através de relatório dos próprios serviços, permite constatar uma redução dos jornais «neutros» e «anti-situacionistas», na ordem, respectivamente, dos 62 e 69%²¹.

A máquina de propaganda estava articulada com a censura, e não dispensava estoutro de cariz essencialmente repressivo, e insere-se na política de informação do regime. A ditadura militar instaurou-a a 22 de Junho de 1926, emergindo como uma medida de carácter transitório, face à ausência de suporte legal e não estar espaldada numa lei de imprensa²². A sua eternização levou à condenação, em 1931-1932, por directores dos principais jornais e pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa – que de resto viria a ser extinto no quadro de desarticulação do movimento sindical. Mas o projecto de constituição publicado em Maio de 1932 e as entrevistas de Salazar a António Ferro²³, no *Diário de Notícias*, em Dezembro, dissiparam as dúvidas e desde logo deixaram perceber o seu carácter (quase) definitivo. Em Abril de 1933, é promulgada a Constituição Política da República Portuguesa²⁴, que no artigo 8º consagra «a liberdade de expressão e pensamento», mas o § 2º prevê «leis especiais» para «impedir preventiva ou repressivamente, a perversão da opinião pública na sua função de força social» e, na mesma data, o decreto-lei 22469 institui a censura prévia.

A acção do sistema de inculcação ideológica, assumida pelo ministério, primeiro da Instrução Pública e após 1936, da Educação Nacional, começou por ser mais desarticulada e por denunciar alguma indefinição, sendo que a concretização da mudança de «grande ciclo histórico», o que António Nóvoa define como *pragmatismo conservador*, ocorrerá após 1936²⁵. Apesar disso, até 1936, afirmam-se alguns contornos da ideologia educativa do Estado Novo, sem constituir um quadro coerente, assumindo o carácter de contra-reforma, nomeadamente ao nível da administração e formação de professores²⁶.

Ao nível da formação de professores, as medidas adoptadas em 1927 e 1928, traduzem e repercutem a instabilidade nacional nas escolas normais. Um relance sobre a instituição e a duração do curso, entre 1928 e 1936, permite constatar, o seu encerramento

²⁰ VERÍSSIMO, Helena Ângelo – *Op. cit.*, 2003, p. 35.

²¹ Os jornais «neutros» e «anti-situacionistas», entre 1933 e 1934, reduziram o seu número, respectivamente, de 69 e 81 para 43 e 56. Cf. Relatório sobre o estado actual da imprensa da Província e plano de acção para uma propaganda metódica dos princípios políticos e sociais e realizações do Estado Novo. In COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA – *A política de informação no regime fascista*. Volume I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1980, p. 56-63.

²² Cf. CARVALHO, Alberto Arons de – *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra: Minerva, 1999 [1973].

²³ Cf. FERRO, António – *Op. cit.*, 1933, p. 46-49.

²⁴ *Constituição da República Portuguesa de 1933*. [Consult. 2004-07-20]. Disponível na WWW: <URL:http://www.parlamento.pt/livraria/edicoes_digitais/luis_sa/textos%20crp/CRP-1933.pdf>

²⁵ Cf. NÓVOA, António – *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto, ASA Editores, SA, 2005, p. 35.

²⁶ Cf. NÓVOA, António – «Política de educação». In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Volume VII. Suplemento A/E. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 593.

e reabertura no espaço de quatro meses, a alteração da designação dos estabelecimentos de ensino e uma zigzagueante alternância entre o aumento e a diminuição da duração do curso. Como sublinham Filomena Mónica²⁷ e António Nóvoa²⁸ se a redução da preparação intelectual e o controlo moral e ideológico são mais ou menos consensuais na orientação progressivamente hegemónica da Ditadura, regista-se alguma hesitação na adopção das estratégias para perseguir tais objectivos.

Em 1934 uma acção de antigos alunos e alunos-mestres junto da opinião pública através de um jornal «de província» criará condições à definitiva inversão do percurso do ensino normal.

A campanha *Onde está a Escola?*

Prolegómenos

No *Rumo*²⁹ de 15 de Junho de 1954, Armando Duarte, aluno-mestre da Escola do Magistério Primário de Coimbra, assinava um artigo intitulado *A reunião do curso de 1934 da Escola Normal Primária*, assinalando:

Como foi largamente anunciado, realizou-se no passado dia 29 de Maio a reunião do Curso de 1934 da Escola Normal de Coimbra. Esta reunião foi levada a efeito nesta Escola cujos actuais alunos fizeram uma recepção aos componentes do Curso reunido. [...]

De tarde, teve lugar a recepção propriamente dita, quando por volta das 15 horas entraram na Escola, por entre duas filas de actuais alunos, os componentes do Curso de 1934. À sua passagem caíram-lhes sobre as cabeças, lançadas de todos os lados, pétalas de rosas, entre vivas de entusiasmo como símbolo de boas-vindas dadas pelos irmãos mais novos aos que de novo regressavam à velha casa paterna. Esta primeira manifestação deixou todos os que chegavam verdadeiramente sensibilizados. [...]

No dia seguinte, o Curso de 1934 assistiu à consagração dos finalistas que se realizou às 10 horas na Igreja das Carmelitas.

Na cerimónia de recepção, no ginásio da Escola, usaram da palavra, para além de um dos «novos», Bernardo Pimenta, à data director escolar adjunto em Santarém, «ex-futebolista da Associação Académica vencedor da taça de Portugal em 1939», e um dos promotores da iniciativa, que na sua intervenção agradeceu a presença dos «antigos mestres» na pessoa de Álvaro Viana de Lemos³⁰, que é apresentado por Armando Duarte,

²⁷ MÓNICA, M.ª Filomena – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978, p. 210-216.

²⁸ Cf. NÓVOA, António – “A Educação Nacional”. In: ROSAS, Fernando (Coord.) – «Portugal e o Estado Novo». In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de OLIVEIRA – *Nova História de Portugal*. Vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992. Em especial p. 504-506.

²⁹ *Rumo*. Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Coimbra.

³⁰ «um dos mais internacionais educadores portugueses da primeira metade do século XX». Veja-se a mero título de exemplo: NÓVOA, António – “Álvaro Viana de Lemos: Um Pedagogo da «Educação Nova»”. Separata de *Arunce: revista de divulgação cultural*. Lousã, 1990, 3-4, p. 51-107. NÓVOA, António – “Álvaro

como «distinto pedagogo», bem como «saudou em especial o seu colega de curso e hoje professor da Escola do Magistério de Coimbra, senhor José Maria Gaspar, salientando a posição destacada que ocupa, fruto natural do seu espírito brilhantíssimo». Depois do «Sr. Álvaro Viana de Lemos», que se mostrou «sensibilizado com o convite que lhe dirigiram os seus antigos alunos para assistir a esta reunião comemorativa de vinte anos de exercício», usou da palavra Francisco de Sousa Loureiro, director da Escola do Magistério Primário de Coimbra, cuja intervenção se pode resumir nas seguintes coordenadas:

- i. vida escolar no ensino normal é igual à que os(as) alunos(as)-mestres(as) deixaram para trás, «apesar de algumas aparentes diferenças, tudo decorre semelhantemente nas coisas essenciais».
- ii. Apresentou os(as) alunos(as)-mestres(as) de 1934 como «um modelo de força de vontade ao serviço da luta pela vida» e uma «prova do dever cumprido», sublinhando que apesar de «terem sido deficientíssimas» as condições de formação.

O texto explícita, por um lado, a continuidade na vida escolar e apela mesmo a que os(as) alunos(as)-mestres(as) do passado constituam exemplo para o futuro, por outro, a designação de Escola Normal, sublinha, consciente ou inconscientemente, a ruptura retórica na designação da Escola. Implícita fica a ideia da melhoria das condições de formação, «naturalmente» promovidas pelo Estado Novo, tidas como *deficientíssimas*, vinte anos antes.

Em 1968, no mesmo jornal, José Maria Gaspar³¹ actor chave na polémica de 1934, reclama para a Escola do Magistério Primário o papel de herdeira da tradição do ensino normal em Coimbra:

A Escola do Magistério Primário de Coimbra continuou as tradições culturais que o Ensino Normal atingiu nesta cidade. O sector de tal Ensino revelara excelentes valores no país, até com projecção internacional, e o convívio peculiar da Lusa-Atenas, a exigir esmerada selecção docente, dado que muitos candidatos ao professorado primário frequentavam simultaneamente estudos superiores, propiciara relevância cultural a numerosos desses mestres em Coimbra, pois mais difícil lhes era então a concomitância de outros estudos.

Passados trinta e quatro anos reelaborou-se a leitura do passado permitindo integrar, de algum modo, a Escola Normal Primária, *republicana*, na memória histórica da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Longe iam os tempos da difícil substituição de legitimidades no ensino normal, resultante da liquidação da 1ª República e da institucionalização do Estado Novo. Na verdade, desde 1930 que a Escola Normal *republicana* tinha dado lugar à Escola do Magistério Primário, uma mudança que não se pretendia

Viana de Lemos: O Homem e as Vidas". In: CANDEIAS, António; NÓVOA, António; FIGUEIRA, Manuel Henrique – *Sobre a Educação Nova. Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa, Educa, 1995, p. 65-84. Especial referência, pela intensa participação de Lemos na resistência cultural e política no período após o 28 de Maio de 1926 e nomeadamente sobre alguns aspectos que rodearam a sua prisão, veja-se: VILAÇA, Alberto – *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*. Porto, Campo das Letras, 2003.

³¹ GASPAR, José Maria – "Projeções da nossa escola". In: *Rumo. Órgão dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, Fevereiro de 1968, p. 1.

apenas semântica e que foi acompanhada pela substituição dos actores responsáveis na condução dos destinos da Escola, tendo António Cândido de Almeida Leitão, professor e director da Escola Normal Primária e do Liceu Central Dr. José Falcão³², sido substituído no lugar de director por Carlos da Costa Mota, professor efectivo da Escola Normal Primária de Coimbra e assistente de 2ª da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra³³. Desde o início da década de trinta e até 1936 – momento em que o ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, suspende as matrículas no primeiro ano das escolas do magistério, as perseguições e os ataques político-ideológicos atingiram docentes e a Escola.

A Escola é alvo de duas campanhas, na imprensa «de província», a primeira, entre Setembro e Outubro de 1932, no *Correio de Coimbra*³⁴ e, uma segunda, entre Julho e Setembro de 1934, intitulada *Onde está a Escola?*, nas páginas do *Diário de Coimbra*, *Jornal Republicano Independente da Manhã Defensor dos Interesses das Beiras*³⁵, constituindo um ataque à inovação pedagógica no ensino normal e a uma certa pedagogia liberal³⁶. Campanha visando a Escola do Magistério Primário de Coimbra, em geral, e em que, Ema Vidal Pinheiro, em particular, mas também Celeste da Conceição Teles, professora das escolas de aplicação, se tornam o alvo preferencial da pena de alguns antigos alunos e alunos-mestres, enquanto que, pela mesma altura, Álvaro Viana de Lemos é preso e inicia o caminho que o conduziria ao pedido de aposentação em Outubro desse mesmo ano.

Nota teórico-metodológica

A campanha que mereceu uma análise exaustiva, exemplifica como nas páginas da imprensa escrita, nos diferentes géneros jornalísticos, ao longo do século XX em Portugal, perpassa uma dimensão significativa da história contemporânea e, se por um lado, as etapas essenciais da sua história coincidem com os principais momentos da história do século XX, por outro, elas são fonte histórica, onde o historiador encontra os combates «que todos os dias alimentaram a opinião pública e redefiniram o espaço público no século XX»³⁷. Como sublinha Isabel Nobre Vargues, na imprensa escrita, compaginam-se «o impacto de uma censura institucionalizada e de um controlo de meios de comunicação»³⁸

³² Cf. MOTA, Lúts – *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História*. Dissertação de doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, 2006, Tomo I., p. 260.

³³ Idem, *ibidem*, p. 273.

³⁴ O *Correio de Coimbra* bem como um elevado número de títulos de jornais regionais foram alvo da minha pesquisa, exaustiva, no período de 1930-1936, tendo-se revelado infrutíferas todas as tentativas de localizar esta primeira campanha.

³⁵ Cf. LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2006, p. 248-253.

³⁶ Cf. NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1995, p. 80.

³⁷ VARGUES, Isabel Nobre – “Nota de Apresentação”. In: LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra, Ariadne Editora/CEIS20, 2006, p. 17.

³⁸ Idem, *ibidem*.

e «a existência de uma luta militante, travada por alguns, em nome da liberdade de imprensa»³⁹, em particular, e da liberdade, em geral.

Constituída por trinta e quatro textos, publicados entre 14 de Julho e 7 de Setembro de 1934, sendo que dois deles são esclarecimentos e os restantes trinta e dois, são assinados por antigos alunos e, ao tempo, alunos-mestres da Escola do Magistério Primário de Coimbra⁴⁰. Colocados sob a epígrafe *Onde está a Escola?*, vinte e seis desses textos constituem o núcleo do libelo crítico contra a Escola, o seu ensino e a competência profissional de alguns dos seus professores e, apenas seis, assumem a defesa da Escola do Magistério Primário de Coimbra e dos profissionais que integram o seu corpo docente. A acção de contra-argumentação limitada pela censura prévia, como parece atestar Álvaro Viana de Lemos ao afirmar que «a censura autorizava todos os ataques e impedia qualquer defesa»⁴¹, o que pode ajudar a explicar a ausência de mais artigos em defesa da Escola, bem como a inexistência de artigos assinados por professores, nomeadamente as visadas pessoalmente nos ataques.

Do ponto de vista dos géneros jornalísticos, de acordo com a classificação de Rafael Yanes Mesa, são textos que se inserem no quadro de géneros anexos ao jornalismo e constituem:

[...] un texto de opinión, o de interpretación subjetiva, en la que su autor, con total libertad, expresa sus ideas. Pero nos parece un tanto arriesgado considerarlo un género periodístico, ya que son textos que están escritos por personas ajenas a la actividad profesional de la información, y, por tanto, no están sujetos a las normas estilísticas propias del periodismo⁴².

Os textos surgem fruto de uma denúncia que José Maria Gaspar, antigo aluno da Escola, fez junto de Saúl da Cunha e Silva, jornalista e, à data, administrador delegado do *Diário de Coimbra*⁴³, que «lhe contou que na Escola do Magistério Primário de Coimbra se passavam factos e se fazia propaganda contra a actual situação política e se procurava formar mentalidades opostas à orientação desta situação»⁴⁴. Faz assim mais sentido, considerar estes textos «un género anexo al periodismo, ya que sin éste no existiría»⁴⁵.

Mobilizando os procedimentos de codificação da teoria ancorada, considerando que codificar traduz o conjunto de operações onde se conceptualiza sobre os dados e se organizam de nova forma, permitindo a construção da teoria, ancorada nos dados, articulada com as propostas de Teun Van Dijk que se situam no âmbito da análise crítica do

³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰ Assinam artigos na polémica: António Rodrigues Pepino Leônidas – o único que não era aluno, Durval Ferreira da Costa, Durval Ferreira Mergulhão, João de Lemos, Joaquim da Costa Salvado, José Maria Gaspar, Leandro Marques Diniz e Leonel Augusto dos Santos. Em defesa da Escola: Lúcio Rosa Dias Coelho e Manuel Gonçalves Martins.

⁴¹ Carta escrita, em 1935, por Álvaro Viana de Lemos a Adolphe Ferrière. Citada por: NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, p. 89 e inserta ainda em NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1995, p. 79-80.

⁴² YANES MESA, Rafael – *Géneros periodísticos y géneros anexos. Una propuesta metodológica para el estudio de los textos publicados en la prensa*. Madrid, Editorial Fragua, 2004, p. 251.

⁴³ Cf. LEMOS, Mário Matos e – *Op. cit.*, 2006, p. 249.

⁴⁴ Depoimento de Saúl da Cunha e Silva. In *Autos de inquérito ao funcionamento da Escola do Magistério Primário de Coimbra*, 1935. Dossier no Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Citado por NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, p. 90.

⁴⁵ YANES MESA, Rafael – *Op. cit.*, 2004, p. 251.

discurso (ACD)⁴⁶, busca-se captar e elencar os argumentos actualizados, procurando salientar as ideias que os antigos alunos e os alunos-mestres da Escola do Magistério Primário de Coimbra mobilizaram e as que enjeitaram, sem deixar de retirar opacidade às que permaneceram no olvido. Intenta sublinhar os silêncios, muitos provavelmente atribuíveis à acção da censura, e as ideias que foram objecto de disputa.

Onde está a Escola?

Quando confrontado, por um interlocutor, Lúcio Rosa Dias Coelho⁴⁷, sobre os reais objectivos da campanha, José Maria Gaspar tem como primeira preocupação afastar qualquer motivação pessoal:

Não nos demovem ódios pessoais porque sabemos a consideração que nos merecem os mestres, não nos movem despeitos mesquinhos porque fomos dos segundos classificados na Escola e dos primeiros no Exame de Estado⁴⁸.

Ele assume como seu objectivo que das Escolas saiam «professores que, pela sua formação técnica e social, não envergonhem a classe nobre a que pertencem»⁴⁹.

Na justificação dos que criticam a escola surgem argumentos como o cumprimento de um dever⁵⁰, a assunção de que se trata de uma luta «em prol duma causa justa e digna»⁵¹ e que se trava um combate em nome da «defesa duma classe que merece bem ser elevada e defendida»⁵².

A orientação do moderno Estado Português: *A hora presente* e o direito e o dever de intervir na orientação educativa da Nação

No plano nacional, a institucionalização do Estado Novo, é argumento chamado à coacção e que Durval Mergulhão traduz desta forma: «A hora presente, hora decisiva e efectiva de regeneração nacional e social, tem necessidade de ver ventilados assuntos de tão grande alcance»⁵³.

Ora no momento de «radical transformação social»⁵⁴ estes alunos reconhecem-se na «sacrossanta obra de regeneração social»⁵⁵ encetada desde a «aurora radiosa do 28 de Maio»⁵⁶

⁴⁶ Sobre os procedimentos de codificação e as opções adoptadas: MOTA, Luís – *Op. cit.*, 2006, pp. 78-81 e a bibliografia especializada aí indicada.

⁴⁷ COELHO, Lúcio Rosa Dias – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 16-7-1934.

⁴⁸ GASPAR, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 19-7-1934.

⁴⁹ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

⁵⁰ Cf. SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 10-8-1934; Mergulhão, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 12-8-1934.

⁵¹ SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 28-8-1934.

⁵² DINIZ, Leandro Marques – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 7-9-1934. Refere-se naturalmente aos professores. Sobre a argumentação dirimida em torno da motivação, objectivos e legitimação de ideias, que optámos por não aprofundar aqui, veja-se MOTA, Luís – *Op. cit.*, 2006, p. 276-277.

⁵³ Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 12-8-1934.

⁵⁴ GASPAR, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 27-7-1934.

⁵⁵ SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

por um «governo forte»⁵⁷ que por isso mesmo detém poder quanto baste para fazer valer «o direito e o dever de intervir na orientação educativa da nação»⁵⁸ uma vez que:

[...] se o Estado se desinteressa pela formação física, intelectual e moral da sociedade que surge – função da Escola – se deixa ao arbítrio pessoal dos mestres a orientação geral do ensino, prepara com o sacrifício do seu dinheiro a sua própria destruição⁵⁹.

A Educação merece especial atenção do Estado, face às «imperfeições e defeitos»⁶⁰ do ser humano, reclama-se «a verdadeira instrução»⁶¹, para a sociedade alcançar o progresso. Impõe-se a questão: «é preciso reformar-se o ensino?»⁶² a resposta para Durval Mergulhão, é óbvia, é premente e é «necessário que se comecem pelos alicerces»⁶³, o que justifica a referência às orientações educativas do Estado Novo.

As orientações do moderno Estado Português excluem a escola única, o pacifismo e a coeducação e que, no esclarecimento que prestou, António Rodrigues Pepino Leônidas vangloria-se de ter contribuído para a sua proibição⁶⁴ e a conseqüente adopção do princípio da separação dos sexos⁶⁵. Torna-se necessário «educar com precisão energética constante e constância consciente»⁶⁶, uma vez que, como afirma Mergulhão, «A Família, a Pátria e a Humanidade, precisam de homens física, moral e intelectualmente desenvolvidos»⁶⁷.

Escola, «rapada oficina das almas»

Para que a escola cumpra todas as tarefas que a modernidade lhe comete é necessário que «se creia na sua missão, que toda a gente veja a eficiência dos seus resultados»⁶⁸. A «missão da escola é essencialmente construtiva»⁶⁹, cumpre uma função social⁷⁰, tanto mais que constitui a única formação intelectual da esmagadora maioria dos letrados da população portuguesa:

É preciso não esquecer que a maior parte das pessoas que sabem ler em Portugal não têm outra formação intelectual senão a que receberam na Escola Primária. E se nem sempre essa formação preside ao destino completo do homem, fica pelo menos a alumiar os passos na perigosa idade em que a criança bate medrosa à porta da vida, a pedir à vida um conforto e um lugar à sociedade⁷¹.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ GASPAR, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 16-7-1934.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ SANTOS, Leonel Augusto dos – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 25-8-1934.

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 12-8-1934.

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

⁶⁵ Cf. LEÓNIDAS, António Rodrigues Pepino – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 27-7-1934.

⁶⁶ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁶⁷ Mergulhão, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 27-7-1934.

⁶⁸ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 16-7-1934.

⁶⁹ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 16-7-1934.

Conscientes do papel da Escola na reprodução social, explicitam-lhe objectivos que passam pelo «revigoroamento físico, a formação de carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais»⁷² o que implica que a escola não pode nem deve ser politicamente neutra⁷³, cabendo-lhe transmitir, inculcar princípios espirituais e morais, transformando-se na «rapada oficina de almas»⁷⁴ e evitando revoluções e revolucionários, objectivo que só se atinge reformando-se a escola primária e actuando-se sobre o(a) professor(a):

Deus sabe quantas bombas terão estoirado nas revoluções cujos rastilhos começaram a acender-se em insinuações discretas dum mestre primário! Primeiro incompreendidas, mais tarde rememoradas...

É pela Escola Primária que deve começar-se... e, dentro da Escola, pelo professor⁷⁵.

Professor(a) Primário(a): um(a) funcionário(a) do Estado

O(A) professor(a) primário(a) é, segundo José Maria Gaspar, ou melhor, «a classe do professorado primário é em geral olhada com desconfiança pelo grande público»⁷⁶ e, no desempenho da sua função, muitos deixam muito a desejar⁷⁷.

Para o desempenho cabal da sua função os professores têm de compenetrar-se que são funcionários do Estado, pagos pelo Estado, logo não podem «preparar-lhe inimigos»⁷⁸ e devem colocar-se «ao serviço do progresso espiritual da Nação»⁷⁹. Nas palavras de José Maria Gaspar, os «professores são funcionários do Estado, estão a soldo do Estado e não têm o direito de contrariar-lhe as intenções porque quem paga o jornal tem direito de ser bem servido»⁸⁰ e, a propósito dos meios didácticos, «cada um segue os meios didácticos que melhor se adaptarem ao seu modo de ser, mas todos devem fazer convergir os seus esforços para um fim comum: o bem da nação, da pátria de todos nós»⁸¹. A falta de consciência do seu papel como funcionário(a) público(a), a que não é alheia a sua formação⁸², redundou na proibição dos seus sindicatos, não permitindo sequer organizações corporativas⁸³.

«É preciso viver a hora que passa»⁸⁴, é imperativo que o(a) professor(a) se integre no espírito da época. Os(as) professores(as) devem compenetrar-se do seu dever sob a ameaça

⁷² MERGULHÃO, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 30-8-1934.

⁷³ Aqui José Maria Gaspar socorre-se de legitimidade internacional afirmando: «Em muito poucos países da Europa a escola oficial é hoje neutra em matéria política». GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 16-7-1934.

⁷⁴ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 16-7-1934.

⁷⁷ Cf. GASPAS, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 20-7-1934.

⁷⁸ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 16-7-1934.

⁷⁹ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 16-7-1934.

⁸² Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁸³ Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

⁸⁴ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

de limpar da classe do professorado os que não sabem ou não querem fazê-lo⁸⁵. Para José Maria Gaspar estes últimos são uma minoria que tem de ser denunciada porque:

A classe nobre do professorado primário português, a minha, esteve outrora dividida por ódios pelintras nela semeados pelos magarefes duma política inglória e nefasta.

Hoje não: o professorado português é das mais abnegadas classes que em Portugal trabalham por Portugal e para Portugal. Não há um único professor que se não revolte contra esses voluntários ou inconscientes semeadores de cizânia entre nós⁸⁶.

Aos professores competirá ensinar o povo a ter orgulho na sua raça e na sua nacionalidade cuidando de saber do destino de ambas, orientando os passos das crianças, ajudando-as a completarem-se⁸⁷.

Para o desempenho cabal da função de professor primário é necessária «uma larga formação intelectual»⁸⁸, nomeadamente com os contributos da «aplicação da psicologia experimental e da psico-pedologia aos estudos pedagógicos»⁸⁹ tendo como modelos nomes ilustres como Ferrière que «utiliza meios nem sempre perflháveis»⁹⁰, Claparède, John Dewey ou Maria de Montessori⁹¹. Apesar disso – e continuando a acompanhar José Maria Gaspar, em geral, a formação intelectual e técnica do(a) professor(a) primário(a) é bastante incompleta, porquê?⁹² O curso geral dos liceus oferece a preparação necessária e suficiente para enfrentar os estudos de especialização que, ao longo de três anos, levam os alunos(as)-mestres(as) a tomarem contacto e «conhecimento com todas as teorias pedagógicas e meios didácticos nacionais e estrangeiros»⁹³, possibilitam que se aprenda «canto coral, várias modalidades de desenho»⁹⁴ e, na verdade, o plano de estudos contém um número de disciplinas completo⁹⁵, o que leva José Maria Gaspar a interrogar-se:

[...] está pronto a ser um bom professor?

Está. [...]

Porque é que então se vêem ainda tantos professores cuja acção muito deixa a desejar?⁹⁶.

A resposta, que para Gaspar é simples⁹⁷, tem de se procurar na instituição de formação.

A Escola do Magistério Primário de Coimbra

Há práticas na Escola do Magistério Primário de Coimbra que não mudam nunca, apesar de orientações e protestos em sentido contrário⁹⁸. Das críticas excluem-se o direc-

⁸⁵ Cf. Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 12-8-1934.

⁸⁶ GASPAR, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 15-8-1934.

⁸⁷ Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁸⁸ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 20-7-1934. Veja-se ainda: GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

⁸⁹ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 20-7-1934.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁹² Idem, *ibidem*.

⁹³ Idem, *ibidem*.

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁸ Cf. GASPAR, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 3-8-1934.

tor, Carlos da Costa Mota, «um director no verdadeiro sentido da palavra»⁹⁹ e o seu vice-director, «um nome que toda a cidade de Coimbra conhece»¹⁰⁰, professor das «cadeiras de Higiene e Educação Física»¹⁰¹, considerado pelos alunos como «um modelo de educador»¹⁰², trata-se de Armando Augusto Leal Gonçalves¹⁰³. Reconhece-se, ainda, que existem docentes conscientes dos seus deveres profissionais: «Há na Escola do Magistério de Coimbra professores competentíssimos, educadores verdadeiramente dignos desse nome»¹⁰⁴.

O que se espera da acção dos docentes? Qual o seu papel? Espera-se que os professores do magistério criem «na alma dos alunos uma mística»¹⁰⁵ e assim surja na «nossa classe um Novo Estado de alma»¹⁰⁶:

Impõe-se a regeneração, o sacramento das velhas ideologias [...]

É preciso opor-se às tendências egoístas do velho individualismo subjectivo o princípio altruísta do corporativismo objectivo¹⁰⁷.

Para que a escola primária possa constituir-se na «rapada oficina das almas»¹⁰⁸ é necessário «mostrar aos futuros pedagogos – condutores de crianças os princípios espirituais e morais que aniquilam ou redimem as pátrias, os princípios que redimirão a nossa querida Pátria, o Portugal de todos nós»¹⁰⁹.

Compete aos(as) professores(as) do magistério orientar os passos dos(as) alunos(as)-mestres(as), à semelhança do que estes farão aos(as) seus/suas alunos(as) na escola primária¹¹⁰. São estes os princípios que devem balizar a acção dos professores da Escola do Magistério Primário de Coimbra para que os(as) alunos(as)-mestres(as) cumpram, como professores(as) do ensino primário, o que deles(as) se espera o que, afinal, só depende «da orientação inicial que até agora não tem existido e que é indispensável que exista»¹¹¹, uma vez que «os professores do Magistério não têm sabido ou não têm querido aceitar com firmeza o papel que nessa cruzada lhes compete»¹¹².

⁹⁹ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 20-7-1934.

¹⁰⁰ SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 21-8-1934.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

¹⁰² Idem, *ibidem*.

¹⁰³ Como Salvado afirma: “Bastam os nomes prestigiosos, quer na vida particular, quer na vida pública e escolar dos nossos director e sub-director [...]”. In SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934.

¹⁰⁴ SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 21-8-1934.

Vejam-se ainda: GASPAS, José Maria – “Onde está a Escola?”. In *Diário de Coimbra*. 23-7-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934. Por outro lado, a propósito dos incompetentes, José Maria Gaspar, não deixa de salientar que outros há, fora da Escola, que através do seu autodidactismo se encontram hoje em condições de apoiar a formação dos alunos-mestres. Cf. GASPAS, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 3-8-1934.

¹⁰⁵ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*. Já atrás fizemos referência ao papel atribuído à escola primária.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*. Veja-se o que atrás foi dito sobre este assunto para a escola primária.

¹¹¹ Idem, *ibidem*.

¹¹² Idem, *ibidem*.

É imperativo agir: «Há que denunciar a apatia ou mesmo a hostilidade que estas questões têm merecido dos que hão-de formar os orientadores da sociedade de amanhã»¹¹³. Os portadores de «ideias velhas»¹¹⁴ nunca estarão à altura de «dirigir inteligências novas»¹¹⁵ é-lhes impossível «formar as mentalidades do futuro»¹¹⁶, tornando-se premente a «revisão de valores»¹¹⁷. É essencial a denúncia de «irregularidades profissionais à sombra do erário público contrariando as intenções do Estado»¹¹⁸.

A questão do ensino ministrado na Escola do Magistério Primário de Coimbra mereceu a defesa de Manuel Gonçalves Martins:

[...] o ensino quer dogmático quer técnico ministrado na escola não é tão deficiente como das suas palavras podemos concluir... Será talvez susceptível de um rendimento maior?... Tem defeitos?... Ainda ninguém lhe atribuiu uma perfeição absoluta... ainda ninguém tentou colocá-lo num plano intangível... Mas o que não podemos negar é que o ensino como se faz na E. M. P. de Coimbra, é pelo menos tão eficiente como nas outras escolas do país: os exames de estado aí estão a confirmá-lo...¹¹⁹.

Se a defesa da Escola do Magistério Primário de Coimbra mais não pode conceber, os elementos que desencadearam a campanha, tornaram pública uma análise sistemática do ensino ali ministrado, aqui e ali, ocasionalmente, questionada pela perspectiva de quem está de acordo com o ensino da Escola.

É José Maria Gaspar que lança a suspeita sobre os critérios de selecção e as arbitrariedades das classificações ao afirmar que sobre elas nem quer falar¹²⁰, levando Martins a argumentar que não conhece «estabelecimento de ensino em que os alunos não criticassem as *terríveis injustiças* dos professores»¹²¹, chegando a sustentar que «os professores não dispõem de um meio rigorosamente científico para a classificação dos alunos»¹²², o que, em seu entender, Gaspar já deveria saber.

José Maria Gaspar considera que o ensino da Escola do Magistério, em Coimbra, é deficiente¹²³ e dogmático. O seu dogmatismo é visível no facto de os trabalhos incluírem sempre «as ideias expostas nos apontamentos»¹²⁴ ditados pelo professor e por considerar que «ai do que ousar expor ideias pessoais»¹²⁵. O ensino, por outro lado, é deficiente devido à «preocupação de liberdade deixada aos alunos»¹²⁶, na medida em que a «sua maior parte são inexperientes»¹²⁷ torna «o sistema educativo destrutivo»¹²⁸. Martins

¹¹³ Idem, *ibidem*.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹¹⁸ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 15-8-1934.

¹¹⁹ MARTINS, Manuel Gonçalves – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 5-9-1934.

¹²⁰ Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 14-7-1934.

¹²¹ MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 13-8-1934.

¹²² Idem, *ibidem*.

¹²³ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 3-8-1934.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

¹²⁶ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

¹²⁷ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 27-7-1934.

¹²⁸ Idem, *ibidem*.

contra-argumenta o que em seu entender é uma contradição, a articulação do dogmatismo e da liberdade: «Há imposição ou não há imposição?... A liberdade é real, ou aparente?!...»¹²⁹. Para Gaspar a liberdade é «aparente e destrutiva»¹³⁰ uma vez que «os alunos não poderão jamais realizar-se a si próprios se ao lado de uma aberta liberdade de agir sentirem uma surda hostilidade de pensar»¹³¹.

A liberdade de ensino é considerada «perniciosa»¹³² e responsável por semear «ódios na Escola»¹³³ e por estar associada a uma certa orientação errónea «de alguns professores da Escola»¹³⁴. Para Manuel Martins a orientação errónea coloca-se no plano da personalidade na medida em que a orientação é reflexo desta e é percebida como «dinâmica e evolutiva»¹³⁵ e variando «de indivíduo para indivíduo»¹³⁶, o que o leva a interrogar José Maria Gaspar: «Pensa que todos estariam de acordo com o método e processos didácticos que V. magistralmente escolhesse?!»¹³⁷

A crítica sobe de tom quando na clarificação do seu entendimento de orientação errónea, José Maria Gaspar aponta a divulgação de ideias contrárias às orientações do moderno Estado português, como a coeducação – que de resto a lei proíbe¹³⁸, a escola única, o naturismo, a emancipação da mulher, a preguiça¹³⁹ e o pacifismo¹⁴⁰ e refere «a circulação de frases discretas contra os dirigentes da Nação»¹⁴¹. No que respeita às frases Martins afirma nunca ter ouvido nada de «menos digno a respeito dos dirigentes da nação...»¹⁴² enquanto Lúcio Coelho interroga: «Onde foi o Sr. Gaspar descobrir que dentro da nossa Escola se dizem frases depreciativas para os dirigentes da Nação?»¹⁴³.

Face à acusação de ideias contrárias – nomeadamente a coeducação e o pacifismo, Coelho refugia-se novamente na interrogativa: «Acaso a coeducação e o pacifismo, esses dois problemas pedagógico-sociais serão contrários a essa moderna orientação? Acaso, também, andaremos nós sempre a citá-los a torto e a direito? Olhe que não [...]»¹⁴⁴.

No âmbito da orientação errónea está a acusação de servilismo intelectual, isto é, a formação da Escola do Magistério Primário de Coimbra, torna os(as) futuros(as) professores(as) «que hão-de formar as sociedades do futuro»¹⁴⁵, do ponto de vista

¹²⁹ MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 13-8-1934.

¹³⁰ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 17-8-1934.

¹³¹ GASPAS, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 17-7-1934.

¹³² GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 15-8-1934.

¹³³ Idem, *ibidem*.

¹³⁴ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 17-8-1934. Veja-se ainda: GASPAS, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 8-8-1934.

¹³⁵ MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 13-8-1934.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ Idem, *ibidem*.

¹³⁸ Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

¹³⁹ Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 15-8-1934.

¹⁴⁰ Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 14-7-1934.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*. Vejam-se ainda do mesmo autor os textos de: 19-7-1934 e 17-8-1934.

¹⁴² MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 13-8-1934.

¹⁴³ COELHO, Lúcio Rosa Dias – *Op. cit.*, 16-7-1934.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

intelectual, servis¹⁴⁶. Só servilismo justifica a defesa da Escola do Magistério Primário de Coimbra e dos seus professores¹⁴⁷. Perante tal acusação, Martins¹⁴⁸ e Coelho¹⁴⁹, esclarecem que a sua posição não deve ser confundida com servilismo até porque «seja de que espécie for não é admitido dentro da Escola do Magistério»¹⁵⁰.

Plano de estudo e aulas não são poupadas às críticas, se ao nível do primeiro, há disciplinas deficientemente aproveitadas¹⁵¹ e os conteúdos de Pedologia merecem apreciação negativa dada a falta de utilidade¹⁵², estouras, são descritas como um *continuum* de ditado de «apontamentos coligidos no seu [dos professores] 1º ano de Magistério Normal»¹⁵³ retirados das suas sebentas de alunos¹⁵⁴.

É na apreciação dos resultados que Manuel G. Martins investe na sua argumentação de defesa da Escola e do ensino ali ministrado, pois se este não preparasse efectivamente os(as) seus/suas alunos(as)-mestres(as), como se explica que comparando com alunos(as) de outras escolas do país, um(a) aluno(a) de Coimbra se destaque entre os restantes¹⁵⁵. Ou, como explicar, por um lado, o facto de os(as) alunos(as) da Escola dominarem «os numerosos problemas que no ensino normal costumam debater-se»¹⁵⁶ e, por outro, como entender que os(as) alunos(as)-mestres(as) «da nossa escola arranquem nos exames de Estado classificações iguais ou até superiores»¹⁵⁷ aos das restantes.

José Maria Gaspar na sua crítica às apreciações de Martins, por um lado nega a sua validade e, por outro, recusa a sua veracidade¹⁵⁸.

A professora de Didáctica e Pedagógica do 2º Ano

Definidas algumas orientações do Estado sobre Educação e legitimada a sua intervenção, estabelecido o que deve vir a ser a escola primária, identificado o perfil do(a) professor(a) primário(a) a formar e articuladas as críticas sobre a orientação errónea que teima em manter-se no ensino normal, é enunciado e identificado o alvo das críticas e que se espera venha a provocar uma acção do Ministério da tutela, afinal um dos principais objectivos da campanha¹⁵⁹. Com Álvaro Viana de Lemos e Tomás da Fonseca¹⁶⁰ a caminho da prisão na mira destes alunos-mestres e antigos alunos fica a professora Ema

¹⁴⁶ Cf. Idem, *ibidem*. Ainda: SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*, 19-7-1934.

¹⁴⁷ Cf. MARGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

¹⁴⁸ MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 13-8-1934.

¹⁴⁹ COELHO, Lúcio Rosa Dias – *Op. cit.*, 16-7-1934.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁵¹ Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 3-8-1934 e GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 17-8-1934.

¹⁵² Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 23-7-1934.

¹⁵³ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 23-7-1934.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁵ Cf. MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 1-8-1934.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁸ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 8-8-1934. Ver ainda: SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 23-7-1934.

¹⁵⁹ Cf. MARGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

¹⁶⁰ Cf. VILAÇA, Alberto – *Op. cit.*, 2003, p. 56-57.

Vidal Pinheiro, professora da Escola Normal Primária desde 1928¹⁶¹, para quem estes assestam baterias, sem esquecer uma referência – muito ligeira numa comparação das críticas de que é alvo, Celeste da Conceição Teles¹⁶², professora efectiva das escolas de aplicação anexas à Escola Normal Primária¹⁶³, acusada num par de artigos de insultos e ameaças na rua.

Em Vidal Pinheiro é objecto de crítica em três vertentes: o método de ensino, nas relações que estabelece com alunos(as)-mestres(as) e na sua competência profissional. Ao nível do método de ensino abrange dimensões como a atmosfera que se vive nas suas aulas, o acontecer da aula, a linha de conteúdos e a prática pedagógica.

A atmosfera é considerada «carregada»¹⁶⁴ onde o aluno «não se sente bem»¹⁶⁵ e diferente, consoante os(as) alunos(as), o que se traduz pela obtenção de resultados diferenciados¹⁶⁶.

No *acontecer da aula* a primeira crítica é dirigida à postura da professora¹⁶⁷ e de uma análise das actividades desenvolvidas na aula, o método da professora é considerado «anti-pedagógico»¹⁶⁸ ou, em alternativa, a professora «não tem método algum»¹⁶⁹. O recurso, ao que hoje consideraríamos de tutoria¹⁷⁰, conduz a que os críticos a considerem prova de um «mau método»¹⁷¹. A solicitação de trabalhos que «o professor não discute»¹⁷², conduz à fraude¹⁷³, sugestionando a sua encomenda, e contribui para a reprodução das ideias da professora¹⁷⁴ e o laxismo¹⁷⁵, mas também prova o desleixo profissional¹⁷⁶.

Para Manuel Martins o método «só é anti-pedagógico para os alunos que não sabem ou não querem trabalhar»¹⁷⁷ e entrando numa explicação da tipologia de trabalhos com que pretende negar as acusações, acaba por destacar a promoção de hábitos de leitura e considerar que Gaspar distorce os factos¹⁷⁸.

¹⁶¹ Cf. MOTA, Luís – *Op. cit.*, 2006, p. 288-289.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Cf. MORGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934; COSTA, Durval Ferreira da – “Onde está a Escola?”. In *Diário de Coimbra*. 23-7-1934; MORGULHÃO, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In *Diário de Coimbra*. 5-8-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In *Diário de Coimbra*. 25-7-1934.

¹⁶⁴ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 20-7-1934.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁶ Cf. SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In *Diário de Coimbra*. 8-8-1934.

¹⁶⁷ MORGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934. Ver ainda MORGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 30-8-1934.

¹⁶⁸ MORGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934. Veja-se ainda MORGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

¹⁶⁹ SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁷⁰ Cf. SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁷¹ MORGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934.

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁷⁴ Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 23-7-1934.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁶ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 14-7-1934.

¹⁷⁷ MARTINS, Manuel G. – *Op. cit.*, 13-8-1934.

¹⁷⁸ Cf. MARTINS, Manuel G. – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 3-9-1934.

As práticas de avaliação são classificadas de injustas¹⁷⁹ e arbitrárias¹⁸⁰ e há mesmo quem proponha novos exames perante um júri neutro¹⁸¹.

No domínio da prática pedagógica é acusada de não ter «experiência pedagógica»¹⁸², de não assistir às aulas, não orientar e não ter aconselhado qualquer «método a nenhum aluno»¹⁸³. José Maria Gaspar refere a existência de um divórcio entre a teoria e a prática¹⁸⁴. A liberdade dada aos alunos-mestres na escolha do método, o facto de não existir qualquer imposição é negativa, pois considerando que estes não têm a «mentalidade definitivamente formada»¹⁸⁵ e não possuindo uma «técnica pedagógica impecável»¹⁸⁶, o mero conhecimento teórico dos meios didácticos não basta¹⁸⁷.

A abordagem de Martins sublinha as duas divergências de orientação que estão presentes, retirando, de algum modo, a carga personalizadora lançada sobre Ema Vidal Pinheiro. Em primeiro lugar, colocando-se de acordo com José Maria Gaspar quanto a «um ensino acentuadamente prático»¹⁸⁸, distancia-se dele na medida em que Gaspar, parece desejar que «as aulas teóricas se transformem num laboratório de experiências didácticas»¹⁸⁹, espaço para «ensaio de técnicas didácticas»¹⁹⁰, o que segundo Martins, equivaleria a «relegar o aspecto dogmático e doutrinário»¹⁹¹ para segundo plano, correndo-se o risco de cair num «extremo profissionalismo»¹⁹². Quanto ao divórcio entre a teoria e a prática, Lúcio Coelho considera, por seu lado, que se existe, é «somente para aqueles alunos que queiram que ele exista»¹⁹³ e nunca foi vedado a nenhum aluno(a)-mestre(a) «ensaiar nas escolas de aplicação, métodos e processos aprendidos na teoria»¹⁹⁴. E Martins interroga:

Mas não temos a par das aulas teóricas as aulas práticas, onde vamos aplicar os métodos nos primeiros estudos? Não correm as lições práticas sob a vigência de professores experimentados que nos apontam quais as deficiências por eles reconhecidas? Não nos aconselham também a que tomemos em conta as anotações e críticas feitas aos planos e às lições pelos vários professores, a que as juntemos às noções adquiridas para formarmos um juízo mais seguro sobre os meios didácticos, adoptando depois os que nos pareçam mais razoáveis e proflucos?¹⁹⁵.

¹⁷⁹ Cf. Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934; COSTA, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 31-7-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁸⁰ COSTA, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 31-7-1934.

¹⁸¹ SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁸² GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934. Veja-se ainda: GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 3-8-1934.

¹⁸³ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 3-8-1934. Veja-se ainda: SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁸⁴ Cf. GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 14-7-1934 e 19-7-1934.

¹⁸⁵ GASPAS, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁷ GASPAS, José Maria – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 3-8-1934. Veja-se SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

¹⁸⁸ MARTINS, Manuel G. – *Op. cit.*, 5-9-1934.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

¹⁹² Idem, *ibidem*.

¹⁹³ COELHO, Lúcio Rosa Dias – *Op. cit.*, 16-7-1934.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁵ MARTINS, Manuel G. – *Op. cit.*, 5-9-1934.

Para Manuel Martins a passagem do curso para três anos, com «um ano inteiro quasi exclusivamente dedicado à prática»¹⁹⁶ e porque considera que a «elevada perfeição das técnicas, a sua rigorosa e perfeita aplicação»¹⁹⁷ só podem ser atingidas depois de vários anos de exercício da profissão, sendo que mesmo ao fim de 20 anos, «ainda [serem] obrigados a consultar os colegas sobre os efeitos deste ou daquele processo e a ler nos livros e nas revistas as inovações técnicas introduzidas no mundo pedagógico»¹⁹⁸, leva-o a não estar de acordo com a redução da teoria em favor da prática, como parecia ser a ideia de José Maria Gaspar. Remata para concluir que o ensino, o dogmático e o prático, não é tão deficiente como se poderia ser levado a concluir¹⁹⁹.

A crítica à linha de conteúdos seguida pela professora de Didáctica e Pedagógica estrutura-se em três dimensões:

- i. Privilegia o estrangeiro em vez do nacional²⁰⁰. Em defesa do trabalho de Ema Pinheiro, Manuel G. Martins, que também é contra «essa mesquinha infiltração de estrangeirismos incompatíveis com as tendências e características da raça, incompatíveis com o que chamamos a *alma nacional*»²⁰¹ e o facto de serem as «figuras nacionais preteridas»²⁰², simplesmente considera que não o foram²⁰³.
- ii. Os assuntos político-religiosos são o alvo de discussões em detrimento dos de carácter pedagógico-didáctico²⁰⁴.
- iii. A defesa de ideias contrárias às orientações do Estado Novo – partidária da coeducação²⁰⁵, da escola única, das ideias comunistas e contrária «à instrução ministrada nos postos de ensino»²⁰⁶.

A relação que Ema Vidal Pinheiro estabelecia com os/as alunos(as)-mestres(as) foi alvo de graves acusações. O primeiro aspecto a salientar é a de que a professora intervinha na vida particular dos(as) alunos(as)-mestres(as), «nomeadamente em questões de namoros»²⁰⁷. A crítica englobava outros três aspectos:

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 8-8-1934 e SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 29-8-1934.

²⁰¹ MARTINS, Manuel G. – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 18-8-1934.

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ Cf. MARTINS, Manuel G. – *Op. cit.*, 18-8-1934; 3-9-1934.

²⁰⁴ Encontramos a acusação em: GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 14-7-1934. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 17-8-1934. SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934. SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 29-8-1934. Negando a referida acusação: COELHO, Lúcio Rosa Dias – *Op. cit.*, 16-7-1934. MARTINS, Manuel G. – *Op. cit.*, 1-8-1934. MARTINS, Manuel G. – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 18-8-1934.

²⁰⁵ Mergulhão, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 20-8-1934. Veja-se ainda: Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 5-8-1934. Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

²⁰⁶ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 19-7-1934. Criticada ainda por defender esse modelo de sociedade: Mergulhão, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 30-8-1934.

²⁰⁷ COSTA, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 31-7-1934.

- i. Parcialidade no tratamento dos(as) alunos(as)-mestres(as)²⁰⁸ que se traduzia na existência de alunos(as) filhos(as) – os que partilhavam das mesmas ideias da professora²⁰⁹ e que eram agraciados com as melhores classificações²¹⁰ – e os alunos(as) enteados(as) com quem era injusta nas classificações²¹¹, não cumpria os compromissos²¹² e reprova-va injustamente²¹³. Simultaneamente, tinha turmas queridas e turmas odiadas²¹⁴, discriminando-as com métodos²¹⁵ e conteúdos²¹⁶ diferentes.
- ii. Promover a delação e intriga entre os/as alunos(as)-mestres(as)²¹⁷, possuindo um grupo de espias que lhe prestam as informações à «entrada e saída das aulas, quer dentro da casa da própria»²¹⁸, apelidado de «corpo docente»²¹⁹, cuja «directora» é uma aluna-mestra²²⁰.
- iii. Revelava desrespeito que pela personalidade e ideias dos(as) alunos(as)-mestres(as). A professora de Didáctica e Pedagógica é acusada de não respeitar as ideias dos alunos²²¹, procurando «formar alunos à sua imagem e semelhança»²²² e aconselha «os alunos ao cinismo, à hipocrisia, como base de orientação para se poder vencer na vida»²²³ e, apesar de Manuel Gonçalves Martins sustentar que a professora permitia «a liberdade de defesa e sem nos impor autoritariamente a sua maneira de ver»²²⁴, José Maria Gaspar parece apresentar provas irrefutáveis:

Sabemos só que, por vezes, no meio daquelas exposições aparecem até alusões mais ou menos amáveis dirigidas ao senhor professor por alunos que, fora das aulas se desdizem, justificando a sua condição pela necessidade de pensarem paralelamente sob pena de não serem bem classificados.

²⁰⁸ Cf. COSTA, Durval Ferreira da – *Op. cit.*, 31-7-1934; GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 17-8-1934; GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 20-7-1934; MERGULHÃO, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 20-7-1934; MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 26-8-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934

²⁰⁹ Cf. GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 20-7-1934; MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 20-7-1934

²¹⁰ Cf.; SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934;

²¹¹ Cf. MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934; COSTA, Durval Ferreira da – *Op. cit.*, 31-7-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934.

²¹² Idem, *ibidem*.

²¹³ Cf. MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934; 30-8-1934 e, em particular, a situação relatada no artigo de 2-9-1934.

²¹⁴ MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 5-8-1934. O itálico está de acordo com o original. Veja-se ainda: MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 12-8-1934; SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 5-8-1934.

²¹⁵ Idem, *ibidem*. Veja-se também MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

²¹⁶ Cf. SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934 e MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 5-8-1934.

²¹⁷ MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 25-7-1934. Ver também: MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934. SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 5-8-1934 e sobretudo, a descrição exhaustiva em: MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 30-8-1934.

²¹⁸ COSTA, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 31-7-1934.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

²²⁰ Cf. COSTA, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 31-7-1934.

²²¹ Cf. MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 5-8-1934; 20-8-1934.

²²² MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 20-8-1934.

²²³ MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 30-8-1934.

²²⁴ MARTINS, Manuel Gonçalves – *Op. cit.*, 3-9-1934.

Não sabemos o que haja nisto de verdade.

Mas sabemos que, pedindo-nos para fazermos vários trabalhos daquele género, vários alunos e até alunas que pelas suas ideias religiosas e nacionalistas não deviam querê-lo, nos impunham a defesa dos ideais pregados nas aulas e que estavam em desacordo com o seu sentir pessoal²²⁵.

Em face da apreciação do seu método de ensino e das relações que estabelece com alunos(as)-mestres(as), Mergulhão interroga Martins se a professora «merece pisar o soalho de uma sala de futuros educativos»²²⁶. Consideram que «não tem cultura suficiente para reger estas cadeiras e responder cabalmente às objecções dos alunos»²²⁷, não possui conhecimentos²²⁸ e, além do mais, não cumpre os deveres e obrigações de funcionário do Estado²²⁹, pois se as denúncias não correspondessem à verdade pedia uma sindicância aos seus actos²³⁰.

Em conclusão:

A polémica tinha como objectivo que o «Sr. Ministro da Instrução Pública se dignasse mandar abrir um inquérito»²³¹ daí que à questão colocada por Mergulhão, o seu colega Salvado conclua que «não é a nós que nos compete dar a resposta»²³². O objectivo foi alcançado, como se comprova pelo que Álvaro Viana de Lemos escreve a Adolphe Ferrière: «Nos primeiros meses de 1935 foi feito um inquérito à Escola Normal, tendo sido rigorosamente interrogados os alunos e todo o pessoal»²³³.

O inquérito visava descredibilizar a pedagogia de carácter inovador e colocar um ponto final nas práticas de ensino normal de tradição republicana. Condena a orientação errónea seguida na Escola, ao promover princípios ligados à Educação Nova, como a coeducação ou a escola única, que apelida de «doutrinas falsas que se situam num plano anti-nacional»²³⁴. A denúncia da inexistência de corte entre as tradições e práticas de formação de professores da Escola Normal Primária para a Escola do Magistério Primário de Coimbra é o segundo aspecto resultante do inquérito, onde o inquiridor Pedro de Campos Tavares sublinha que a Escola do Magistério «vive ainda muito à

²²⁵ GASPAR, José Maria – *Op. cit.*, 23-7-1934.

²²⁶ MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 12-8-1934.

²²⁷ SALVADO, Joaquim da Costa – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 30-8-1934.

²²⁸ Cf. SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934; MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

²²⁹ Cf. SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 10-8-1934; MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

²³⁰ Cf. MERGULHÃO, Durval Ferreira – “Onde está a Escola?”. In: *Diário de Coimbra*. 22-8-1934.

²³¹ MERGULHÃO, Durval Ferreira – *Op. cit.*, 22-8-1934.

²³² SALVADO, Joaquim da Costa – *Op. cit.*, 28-8-1934.

²³³ Carta de Viana de Lemos a Adolphe Ferrière em 1935. In NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, p. 89.

²³⁴ Relatório final do processo de inquérito ao funcionamento da Escola do Magistério Primário de Coimbra, apresentado a 30 de Junho de 1935 pelo Dr. Pedro de Campos Tavares. In Dossier do Arquivo Histórico do Ministério de Educação. Cf. NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, p. 91. Mais uma vez, por um lado, por questões logísticas e, por outro, a coberto da lei, as responsáveis do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, vedaram-nos o acesso aos inquéritos de que foram alvo a Escola do Magistério Primário de Coimbra e os(as) seus/suas professores(as). Valeu-nos o apoio do Sr. Professor Doutor António Nóvoa que, para além dos esclarecimentos nos permitiu o acesso à documentação que possui sobre o tema em apreço. Aqui fica o meu penhorado agradecimento.

sombra 'do nome»²³⁵ da Escola Normal, tem «a mesma posição na vanguarda de certas doutrinas»²³⁶ e de que os professores seus herdeiros apresentam-se «perante a Escola como os únicos possuidores de uma cultura pedagógica»²³⁷, sendo constantes «as referências às tradições da antiga Escola Normal, de que todos se honram»²³⁸, «sem exclusão do director»²³⁹, pelo que esta «deve ser dissolvida, independentemente da acção disciplinar»²⁴⁰ sobre o Director e os professores Álvaro Viana de Lemos, Ema Vidal Pinheiro e Celeste da Conceição Teles. A simples substituição não seria remédio bastante, «a Escola formou-se à sombra de certas doutrinas. A ideia da Escola está ligada à ideia dessas doutrinas. Tudo as recorda»²⁴¹.

A mensagem era clara, varrer da memória da formação de professores as vivências da tradição republicana de ensino normal e o espírito da Educação Nova. Ao processo estará associado o destino individual dos actores sociais: Carlos da Costa Mota, permanecerá como director até à data do seu falecimento a 25 de Janeiro de 1940²⁴²; Álvaro Viana de Lemos requereu a aposentação durante a sua estadia na prisão²⁴³, Ema Vidal Pinheiro foi nomeada professora auxiliar do 2º grupo dos liceus em Janeiro de 1943 e Celeste da Conceição Teles, permanecerá como professora nas escolas de aplicação anexas, ocupando o posto de secretária – o director era o mesmo da Escola do Magistério Primário, sendo exonerada, a 17 de Junho de 1943. Não se eximiram, contudo, de novo processo disciplinar em 1940-1941²⁴⁴.

Quando as escolas do magistério primário (re)abriram as portas em 1942²⁴⁵, eram outras instituições que não aquelas que foram encerradas por Carneiro Pacheco. Agora programas, docentes e director concorriam para o cumprimento dos objectivos ideológicos e políticos do Estado Novo. A memória do ensino normal, da transição do século XIX para o XX, fora apagada e substituída por uma tentativa, na realidade eficaz, de recuperação do mestre-escola, humilde e bondoso negando-lhe o acesso à ideia do «ensino como profissão»²⁴⁶ e dos «professores como profissionais»²⁴⁷.

²³⁵ Relatório final do processo de inquérito ao funcionamento da Escola do Magistério Primário de Coimbra, apresentado a 30 de Junho de 1935 pelo Dr. Pedro de Campos Tavares. In Dossier do Arquivo Histórico do Ministério de Educação. Cf. NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, p. 91.

²³⁶ *Idem, ibidem.*

²³⁷ *Idem, ibidem.*

²³⁸ *Idem, ibidem.*

²³⁹ *Idem, ibidem.*

²⁴⁰ *Idem, ibidem.*

²⁴¹ Relatório final do processo de inquérito ao funcionamento da Escola do Magistério Primário de Coimbra, apresentado a 30 de Junho de 1935 pelo Dr. Pedro de Campos Tavares. In Dossier do Arquivo Histórico do Ministério de Educação. Cf. NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, p. 92.

²⁴² Cf. MOTA, Luís – *Op. cit.*, 2006, p. 300.

²⁴³ Cf. Acta da sessão ordinária do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Coimbra, de 7 de Outubro de 1934.

²⁴⁴ Cf. NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1990, pp. 92-94; NÓVOA, António – *Op. cit.*, 1995.

²⁴⁵ Decreto-lei n.º 32:243, de 5 de Setembro de 1942. In: *Diário de Governo – número 208*. 1 Série de Setembro de 1942.

²⁴⁶ NÓVOA, António – *Os Professores*: [...], 1989, p. 108-109.

²⁴⁷ *Idem, ibidem.*